

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 060

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 016ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
15 DE MAIO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Baratter.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leôndas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente a senhora deputada Serafina Carrilho.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa a presença do prefeito de Prado Ferreira, senhor Errecides Ricaires, e também da

presença do prefeito de Alvorada do Sul, senhor João Piovesan.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1432**

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque para votação em separado da Proposição de Veto nº 016/2000, aposto ao Projeto de Lei nº 210/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

**REQUERIMENTO Nº 1433**

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das proposições de veto, item 02 e 06, constantes na Ordem do Dia da presente sessão extraordinária.

Sala das Sessões, em 15.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando destaque para votação em separado da Proposição de Veto nº 016/2000, aposto ao Projeto de Lei nº 210/2000. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições de veto, itens 02 e 06, constantes da ordem do dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 014/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 497/99, de autoria do deputado Ademar Traiano, que revoga o inciso VII ao artigo

2º da Lei Complementar nº 82, de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de consórcio intermunicipal na área de saúde. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 418/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 289/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 497/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo revogar o inciso VII, do artigo 2º, da lei Complementar nº 82, de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre criação e implementação de consórcios intermunicipais relacionados com prestação de serviços públicos de interesse comum.

A pretendida revogação não pôde merecer acolhimento, pois tal medida teria como consequência a dispensa de procedimentos licitatórios nas despesas com a prestação de serviços relacionados com saúde pública. A não exigência do princípio licitatório, como está posta, afronta as Leis Federais nºs 8666/93 (Lei de Licitações), 8080/90 e 8142/90, estas subordinando recursos repassados pela União ao Estado e respectivos municípios àquela formalidade legal imposta pela Magna Carta da nação a todas as esferas de governo.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 497/99 foi publicado em redação final no DA nº 180/99, de 25.11.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VETO AO PROJETO DE LEI Nº 497/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, objeto de veto do governador, revoga o inciso VII do artigo 2º da Lei Complementar nº 82, de 24 de junho de 1998, que dispõe sobre a criação de consórcio intermunicipal na área de saúde.

O Poder Executivo vetou o projeto em tela, haja vista seu afrontamento com o estatuído nas Leis Federais nºs 8666/93 (Lei de Licitações), 8080/90 e 8142/90, estas subordinando recursos repassados pela União ao Estado e respectivos municípios àquela formalidade legal imposta pela Magna Carta a todas as esferas do governo, ou seja licitação pública.

O acolhimento da pretendida revogação teria como consequência a dispensa de procedimentos licitatórios nas despesas com a prestação de serviços relacionados com a saúde pública.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

**Em votação.**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, quero fazer um encaminhamento, por enquanto verbal à Mesa, um requerimento pedindo - parece-me - um destaque para a votação do item 1.

É isso que acabei de ouvir?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não. Está sendo votado só o item 1.

O SR. ALGACI TULIO

Não! Não, está sendo votado, encaminha a solicitação. Queria pedir então, verbalmente e coloco à discussão no plenário desta Casa para que se inclua no item 01 o item 02 também, para que votemos em destaque esses dois itens, o 1 e o 2, porque o 2 - quero deixar bem claro a esta Casa que teve um posicionamento muito forte e graças à posição dos senhores parlamentares, que acabamos com uma indústria da multa no Estado do Paraná, que eram aquelas empresas contratadas irregularmente, diga-se de passagem, e que aplicavam multas com carros particulares nas estradas do Paraná. Agora, o governo veta o projeto que é de autoria do deputado Durval Amaral, que na hora também comprou esta briga. Queria incluir, para que votássemos anexado ao item 01, o item 02, da Ordem do Dia, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Estou solicitando ao deputado Algaci Tulio, se vai encaminhar um requerimento à Mesa.

O SR. ALGACI TULIO

Estou encaminhando verbalmente e vou encaminhar por escrito à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Então, nós temos um requerimento sobre a mesa, de autoria do deputado Algaci Tulio, englobando o item

nº 01 e o item nº 02, para que sejam votados em bloco. Está em discussão o...

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, doutor Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, vou solicitar à Mesa e ao deputado Algaci Tulio, para que votemos separadamente, se for o caso, do item 02 ao item 06 da pauta, que não votemos em bloco, que votemos inicialmente o item 01, na sequência possamos votar o item 02 e os demais vetos em bloco. Até por que, senhor presidente, como autor desse, inclusive à época da elaboração desse projeto, ele sofreu inúmeras emendas, foi um projeto muito elaborado, muito discutido com toda a sociedade, com a participação inclusive de todos os membros deste Parlamento. E o veto apostado a esse artigo, não prejudica a essência, não prejudica o projeto na sua totalidade, foi acordado, inclusive, com a Casa Civil, com a Secretaria de Governo que esse dispositivo seria vetado.

Então seria, da minha parte, muito desrespeitoso e até faltaria com o compromisso assumido na época, razão pela qual peço ao deputado Algaci Tulio, que o veto não é total, e nós não estamos, ao mantermos esse veto, facilitando a instalação das empresas que autuam e que multam nas nossas estradas.

Então, não vejo razão, na essência do projeto, para que o veto seja derrubado.

Se quiser, que votemos então, separadamente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Diante das explicações, da exposição feita pelo deputado Durval Amaral, consulto ao deputado Algaci Tulio se mantém ou não o requerimento?

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Reformulo o requerimento, propondo destaque para o item 2, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Logo em seguida o senhor apresenta o requerimento de destaque.

Em votação o item nº 01. Solicito ao deputado Valdir Rossoni que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Inicia-se a chamada nominal dos senhores deputados).**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O PMDB vota “não” ao veto, senhor presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Para dizer que as Oposições votam “não”

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Só para enfatizar também, neste 1º item da pauta, que trata dos consórcios municipais de saúde, nós estamos liberando a Bancada da Situação, para aqueles que quiseram efetivamente, votar “não”, poderão fazê-lo, sem nenhum constrangimento.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

A Bancada do PTB, também, e encareço aos demais pares para que acompanhem a votação de derrubada do veto.

Da mesma forma que o PSDB me faz portador, o PPS e o PDT também me fazem portador deste apelo aos senhores parlamentares, para que votemos pela derrubada deste veto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor 1º secretário para que continue com a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Continua a chamada nominal dos senhores deputados)**

42 senhores deputados votaram, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convidamos os deputados Tiago Amorim, Waldyr Pugliesi e Edno Guimarães, para que façam a contagem dos votos.

43 senhores deputados votaram.

Sim - oito votos.

Não - trinta e cinco votos.

**Está mantido o projeto e rejeitado o veto.**

**(Aplausos)**

Temos um requerimento de autoria do deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Durval Amaral, que é o autor do projeto, já fez uma defesa preliminar da manutenção do veto e até vejo aqui também pelas razões do veto, eu me considero satisfeito que o projeto de lei em pauta prevê em seu artigo segundo que os condutores de veículos que trafegarem com excesso de velocidade deverão ser interceptados pela Polícia Rodoviária ou autoridade de trânsito.

Estou satisfeito, e portanto, fica sem validade esse meu requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

**Retirado o requerimento pelo autor.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral acima aprovado, votaremos os itens 02 a 06.

#### ITEM 02

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 016/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 422/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 286/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de vossa excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 210/99, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir o Departamento de Estradas de Rodagem de contratar a prestação de “serviço de empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais”, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o artigo 2º.

A negativa de sanção às disposições do artigo 2º, deve-se ao fato de as mesmas terem sido consideradas contrárias ao interesse público, conforme a adiante transcrita exposição de motivos apresentada pela Secretaria de Estado dos Transportes, cujos termos ratifico e constituem razões fundamentais deste veto:

“O Projeto de lei em pauta, prevê em seu artigo 2º, que os condutores de veículos que trafegarem com excesso de velocidade, deverão ser interceptados pela Polícia Rodoviária e ou autoridade de trânsito.

Em prosperando tal assertiva a mesma irá preliminarmente de encontro a Resolução nº 86/99 do Contran, que determina que a partir do dia 1 do mês de julho do ano 2000, todas as autuações referentes a velocidade deverão obrigatoriamente serem efetivadas por radar fotográfico.

Com a redação do artigo 2º do P.L., torna-se inoperante um sistema moderno e de alta precisão, o qual certamente gerará um aumento considerável no número de autuações, uma vez que detecta todos os veículos que trafegam sobre a via, e que ocasionará um congestionamento ao longo das rodovias, prejudicando o tráfego das mesmas, ressaltando ainda que entre outras coisas acarretaria a proximidade entre infrator e agente para consecução do AIT, possibilitando o surgimento de discussão, atrito até agressões físicas, expondo os agentes da autoridade de trânsito a situações desnecessárias.

Acrescentando também, segundo os preceitos jurídicos da aplicação de penalidade, sejam elas administrativas ou mesmo judiciais, temos que considerar a ampla possibilidade de sua aplicação, mesmo com o infrator ausente (à revelia), e isso até mesmo na esfera criminal, onde estão previstas as penas mais severas existentes em nosso ordenamento jurídico.

Ora, se a pena mais grave pode ser aplicada sem flagrante, porque não a de menor potencial ofensivo como os decorrentes de infrações de trânsito?

Não obstante, frise-se que os equipamentos são automáticos, operam independentemente de ação humana e serão disponibilizados ao longo das rodovias, segundo projetos e estudos do Departamento de Estradas de Rodagem, levando-se em consideração os segmentos das rodovias de maior número de acidentes, que tem como causa o excesso de velocidade e, visando única e exclusivamente o aumento da segurança dos usuários da rodovia.

Sendo assim, acreditamos que o PL 210/99, caso seja aprovado, trará inúmeros inconvenientes e prejuízos a todo o sistema, contribuindo para o aumento da impunidade no trânsito”.

Esses os motivos que me levaram, a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a vossa excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 210/99 foi publicado em redação final, no DA nº 179/99, de 24.11.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 016/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que veda a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 016/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que tem por objetivo vetar par-

cialmente o projeto de lei que veta a contratação de empresas para prestar serviços de controle e fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, vez que está dentro do prazo legal.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

### ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 023/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no município de Arapongas, com jurisdições sobre os Conjuntos Habitacionais Águias, Flamingos IV, Flamingos III, Residencial Del Condor, Nossa Senhora das Graças, Jardim São Carlos, Jardim San Raphael, Jardim Monte Carlo, Jardim Monte Carlo II, Parque Industrial I e Núcleo Residencial Flamingos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 032/2000

Curitiba, 01 de fevereiro de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 314/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 361/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 361/99 foi publicado em redação Final, no D.A. nº 191/99, de 08/12/99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 23/2000

P A R E C E R :

A presente proposição tem origem no veto do senhor governador ao Projeto de Lei nº 361/99, que autorizava o Poder Executivo criar e instalar o 1º Distrito Policial no município de Arapongas, julgando-o inconstitucional e justificando porque não sendo de iniciativa do

chefe do Poder Executivo, fere o andamento do contido no artigo 66, inciso V, da Constituição Estadual.

O bom senso nos faz repetir a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, pois o senhor governador sancionou inúmeros projetos, de iniciativa de vários senhores deputados com assento nesta Casa de Leis, criando delegacias em municípios do nosso Estado.

Sendo assim, somos de parecer contrário à presente proposição e pela aprovação do Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do nobre deputado Waldyr Pugliesi, sendo pois favorável ao encaminhamento do mesmo ao Plenário.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VOTO EM SEPARADO  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 023/2000 AO  
PROJETO DE LEI Nº 361/99

P A R E C E R :

A proposição de veto em questão foi aposta ao Projeto de Lei nº 361/99, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o 1º Distrito Policial no município e dá outras providências.

Procedida a análise da referida proposição, verificamos que a mesma está dentro das formalidades legais, estando em condições de ser apreciada em Plenário - parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 064/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

OF/CTL/SEEG Nº 057/2000

Curitiba, 29 de maio de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 041/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 064/2000, porque trata de matéria que independe de lei e cujo pretendido objetivo encontra-se em fase de processamento final, para atendimento na esfera administrativa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 064/2000 foi publicado em Redação Final, no D.A. nº 032/2000, de 14/04/2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 64/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, bem como, os prazos estabelecidos em lei.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ASSESSORIA LEGISLATIVA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 046/2000

P A R E C E R :

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade vetar o Projeto de Lei nº 64/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Esta assessoria legislativa, após analisar a proposição, conclui estar a mesma de acordo com a técnica processual legislativa, bem como, com os prazos estabelecidos em lei.

Sala das Comissões, em 04.07.2000.

(aa) MARISA COUTO DE CRISTO

Advogada

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

#### ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 052/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar o escritório regional da Secretaria do Trabalho, com sede no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 097/2000

Curitiba, 31 de junho de 2000.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 115/2000, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 045/2000, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso VI, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 045/2000 foi publicado em redação final, no D.A. nº 093/2000, de 28/06/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 29/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a criar o escritório regional da Secretaria do Trabalho, com sede e foro no município de Apucarana e abrangência nos municípios que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/99, veto apostado ao Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do deputado Anibal Khury, que acrescenta número 2, ao inciso IV, da Lei nº 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou a Lei nº 8.933, instituidora do ICMS. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 293/99

Curitiba, 26 de outubro de 1999.

Senhor presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 194/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto

no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 059/98, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo acrescer ao inciso III, do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, alínea visando a redução da alíquota do ICMS, nas operações em que tal tributo seja incidente sobre “pedra britada”.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda que, através do Parecer nº 1.362/99, datado de 07/10/99, da Coordenação da Receita do Estado, demonstra com toda clareza ser a pretendida medida contrária às superiores do Estado. Visando melhor ilustrar as razões da impossibilidade de acolhimento ao projeto de lei em transferência, o mencionado parecer é adiante transcrito.

...”O Estado desenvolve atividades políticas, econômicas, sociais, administrativas, financeiras, educacionais e policiais, com a finalidade essencial da realização do bem comum e do interesse público, mantendo ordenada e segura a vida social. Para tanto, necessita de recursos que obtém, em parte, através da arrecadação de tributos, dentre os quais o ICMS, que representa a maior parcela dessa receita.

As alíquotas do ICMS são seletivas em razão da essencialidade do produto ou prestação de serviço. Nessa linha de raciocínio, as vezes são concedidos alguns benefícios fiscais, observados os preceitos da Lei Complementar nº 24/75, a determinados setores ou operações considerados fundamentais para o pleno atendimento das atividades essenciais do Estado, como é o caso da isenção nas saídas de mercadorias em operações internas, até 30.04.2000, destinados à construção de casas populares, *verbis*:

Anexo I - Isenções

II - Saídas de mercadorias em operações internas até 30.04.2000, destinadas à construção de casas populares de madeira (Convênio ICMS 61/93), assim consideradas e aprovadas pela Companhia Habitacional do Paraná - Cohapar-PR, segundo parâmetros de custo e de tamanho que garantam o destino das casas (Convênio ICMS 151/94).

Evidente é que a concessão de tais benefícios restringe os recursos a serem aplicados em outras áreas também de elevada importância social.

Recentemente, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 87/96, mais conhecida como Lei Kandir, ocorreram consideráveis perdas nas arrecadações estadual e municipal, em virtude da desoneração do ICMS na exportação e da permissão do creditamento do imposto nas aquisições destinadas ao ativo permanente, o que tem, inclusive, gerado inúmeros debates e discussões a nível nacional.

Muitos Estados, para compensar tal redução na sua receita, iniciaram uma política de aumento da carga tributária, majorando as alíquotas do ICMS de algumas opera-

ções e mercadorias. Como exemplo o Estado de São Paulo que alterou a alíquota interna de 17% para 18%, e o Estado do Rio de Janeiro que aumentou as alíquotas nas operações internas e interestaduais, quando destinadas a consumidor final, com alguns produtos como: armas, munições, perfumes, cosméticos, bebidas alcoólicas, exceto cerveja, chope e aguardente de cana e melão - de 25% para 37%; cigarro, charuto, cigarrilha - de 25% para 35%; e a prestação de serviço de comunicação - de 25% para 37%, o que demonstra uma tendência a nível nacional contrária à contida no referido projeto de lei.

Assim, muito embora louvável a iniciativa do nobre deputado, a redução da alíquota da pedra brita, traria maiores dificuldades às já combalidas finanças do Estado e também dos municípios, uma vez que a estes são repassados 25% da arrecadação do ICMS, pelo que entendemos não possa ser aprovado tal projeto de lei.”...

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 059/98 foi publicado em redação final, no D.A. nº 145/98, de 11/11/98).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 28/99

#### P A R E C E R :

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 059/98, de autoria do deputado Anibal Khury, que acrescenta número 2, ao inciso IV, da Lei nº 11.110, de 13 de outubro de 1992, que alterou a Lei nº 8.933, instituidora do ICMS.

Chamada esta Comissão a se manifestar, constatamos que o veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, parágrafo 1º).

Assim somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### Em votação

#### O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, como liberamos a Bancada no veto anterior, neste momento quero recomendar à Bancada da Situação, para que votem “sim” na cédula, efetivamente para manutenção do veto e de todos os vetos, haja vista até a posição do deputado Algaci Tulio, porque nesse projeto que poderia ser um pouco mais polêmico, o que proíbe a terceirização das multas no Estado do Paraná, o artigo disposto vetado não cerceia, não prejudica a essência do projeto, até por que no artigo primeiro



está claro que fica o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná proibido de contratar a prestação de serviços de empresas privadas que tenham por finalidade exercer o controle e fiscalização de trânsito em rodovias estaduais e depois ele continua colocando as proibições, o que enfatiza que continua proibido no Estado do Paraná a terceirização das multas nas rodovias do Paraná. O que foi vetado não prejudica a essência do projeto. Inclusive no artigo terceiro, nós obrigávamos o Estado a suspender os contratos daquela empresa, Cosladel, num prazo máximo de 60 dias, que efetivamente foi suspenso, razão pela qual quero encaminhar então pela manutenção dos vetos, os senhores parlamentares votando “sim”.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Nós, contrariamente, estamos encaminhando no sentido de que votem “não”, pela rejeição dos vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor primeiro secretário que proceda à chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Beraldin**)

**(Procede a chamada nominal dos senhores deputados)**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votaram 43 senhores deputados.

Convido os deputados Ademar Traiano, Hermes Fonseca e Ricardo Maia, para a apuração dos votos.

Resultado: nulo - 1 voto; brancos - 3 votos; sim - 18 votos; não - 21 votos. **Mantido os vetos rejeitados os projetos.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA,**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009, 013, 025, 056 e 063/2000.

Levanta-se a sessão.